



ACÇÃO SOCIALISTA



PS ALARGA MAIORIA ABSOLUTA NOS AÇORES // PÁG. 8

GOVERNO LANÇA BOMBA ATÓMICA FISCAL



Reforma do Sistema Eleitoral



Ciclo de Debates

Quente & Frio



A Escalदार ELEIÇÕES REGIONAIS DOS AÇORES

O PS ganhou as eleições regionais açorianas alcançando nova maioria

absoluta.

Vasco Cordeiro, que sucede a Carlos César, considerou a vitória do socialista “saborosa”, tendo manifestado empenho e disponibilidade total para trabalhar com todos os que queiram “levar os Açores para a frente”.

O futuro presidente do Governo Regional elogiou o trabalho desenvolvido durante 16 anos por Carlos César e enalteceu a forma como decorreu a campanha eleitoral, que veio mais uma vez demonstrar “a vitalidade da democracia e da autonomia” nos Açores.



Quente MÁRIO SOARES

O fundador do PS e ex-presidente da República Mário Soares mantém uma acutilância política invejável.

Num lúcido artigo publicado no “DN”, Soares insurge-se com o que considera ser uma ideia “peregrina” de Cavaco Silva ao ter empurrado o povo para fora das comemorações oficiais do 5 de Outubro. Para Soares, comemorar a implantação da República sem a presença do povo não faz nenhum sentido, salientando que esta atitude é “própria de uma ditadura, não de um regime que se proclama democrático”.

Justificou por isso a ausência desta iniciativa, preferindo comparecer no jantar republicano organizado pelo Partido Socialista em Alenquer.



Frio GOVERNO ANTISOCIAL

Este Governo é, por certo, o mais antissocial e incompetente da história da democracia

portuguesa. Esta certeza está aliás amplamente plasmada e interiorizada por milhões de portugueses que manifestam em todo o lado o seu descontentamento pelas políticas seguidas. Um dos ministérios onde se nota maior arrogância e uma larga incompetência é o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, dirigido por Mota Soares e Marco António Costa, que, ao invés de defender os mais desfavorecidos, trabalhadores, crianças e idosos, prefere apostar em políticas que são o maior ataque social desde o 25 de Abril de 1974.



Gelado EQUIVALÊNCIAS NA LUSÓFONA

Que o ministro Miguel Relvas fez batota com a sua licenciatura, já ninguém tem dúvidas. Nem

o ministro Crato ao que parece, que acaba de solicitar à Universidade Lusófona para que volte a analisar pormenorizadamente as licenciaturas conferidas ao abrigo de equivalências profissionais, um método de que beneficiou Miguel Relvas. Se se vier a provar, como refere no despacho ministerial, que “não houve fundamento suficiente para as acreditações profissionais”, poderá haver lugar à anulação das licenciaturas, entre as quais a do ministro adjunto e dos Assuntos Parlamentares. ●

Odivelas em expedição

Numa iniciativa inédita, quatro jovens militantes do PS/Odivelas vão realizar uma excursão de jeep a Marrocos, para levar o nome e produtos de Odivelas a esse país jogando com o facto interessante de os marroquinos se referirem a Portugal com uma fonética semelhante a “marmelada” que é precisamente um dos produtos mais típicos de Odivelas.

A marmelada branca de Odivelas e outros produtos serão distribuídos em hotéis ao longo da costa marroquina.

Segundo o camarada Cândido Costa, um dos impulsionadores da iniciativa “Odivelas em

expedição” esta terá como objetivo “eivar ainda mais o nome de Odivelas, bem como do seu tecido empresarial, através do impacto criado nos diversos media, televisão, jornais, revistas, rádio e Internet, assim como uma vertente de cariz social”.

Hugo Martins, presidente da Concelhia de Odivelas, elogia o “espírito empreendedor” dos quatro jovens camaradas de lançarem esta iniciativa que visa “colocar Odivelas em destaque no panorama transnacional”. E acrescenta que “é desta coragem e determinação que os socialistas devem estar

imbuídos face à situação que o país atravessa”.

O que diferencia esta expedição de outras é o facto de o seu propósito não ser de componente turística mas sim publicitária.

É por esta razão que esta é uma das mais longas e rápidas expedições que já se realizaram em Marrocos, sendo a mesma de cariz promocional, pois será uma campanha de marketing pelo município de Odivelas.

Mais informações sobre esta iniciativa em: <https://www.facebook.com/odivelasemexpedicao> ● J.C.C.B.



Visita à sede nacional do PS

A sede nacional do PS, em Lisboa, recebeu a visita de uma delegação da Secção Sectorial dos socialistas da EDP/REN-Porto, a que se seguiu, mais tarde, uma deslocação à Assembleia da República.

A cerca de dezena e meia de militantes, que primeira vez visitou a sede socialista no Largo do Rato, mostrou admiração e agrado por terem percorrido pela primeira vez a sede do PS, tendo esta deslocação terminado num convívio informal e de confraternização com o secretário-geral do PS, António José Seguro.

Mais tarde, a comitiva deslocou-se à Assembleia da República, onde almoçou, na companhia do deputado Fernando Jesus, vice-presidente da bancada socialista, tendo de seguida visitado o Parlamento. Nas breves palavras que dirigiu à delegação da Secção Sectorial socialista da EDP/REN do Porto, o deputado do PS manifestou total abertura para receber todos os militantes socialistas “na casa da democracia”, tendo elogiado a iniciativa da visita à sede nacional, classificando-a de “pioneira” e dizendo-se “de-

veras sensibilizado”.

Manuel Oliveira, secretário-coordenador da Secção, depois de agradecer em nome dos militantes o apoio e a disponibilidade de Fernando Jesus, informou que estas visitas inserem-se na perspectiva de uma cada vez maior proximidade dos militantes das estruturas sectoriais, “os parentes pobres das estruturas socialistas”, aos órgãos nacionais do PS e aos deputados, de modo a “criar laços de amizade, união e motivação para as lutas que se aviznam”. ● R.S.A.

ACÇÃO SOCIALISTA HÁ 30 ANOS



7 de outubro de 1982 UGT ameaça Governo com greve geral

“A UGT ameaça Governo com greve geral” era uma das manchetes da 1ª página do “Acção Socialista” de 7 de outubro de 1982. Em conferência de Imprensa, o então líder da central, camarada Torres Couto, tecia duras críticas à política laboral e económica do Governo AD, adiantando que desejava encontrar “formas concretas de unidade na ação com outras organizações sindicais, nomeadamente com a CGTP, o que obriga as duas centrais a aceitarem-se e a respeitarem-se, tal como são, fora de qualquer conceito maniqueísta de sindicatos bons e sindicatos maus”. ● J.C.C.B.



A ALTERNATIVA RESPONSÁVEL

“Este Governo falhou no diagnóstico da crise, e por isso falhou na estratégia. Este Governo falhou na receita e, por isso, falhou nos resultados”

António José Seguro

f antonioseguro

I A forma como está a ser apresentado ao país o OE para 2013 é mais um exemplo daquilo que tenho qualificado como sinais de desorientação política e de incompetência na acção deste Governo e do primeiro-ministro.

Medidas precipitadas e retiradas sob pressão. Avanços e recuos em matérias fundamentais como a TSU e o IMI. Discursos divergentes entre membros do mesmo Governo. Um primeiro-ministro ausente. Um governo sem rumo.

Após um ano em que o país andou para trás e com os falhanços do Governo no objectivo do défice, na dinamização da economia e no combate ao desemprego, estes sinais de desorientação e de impreparação são preocupantes e são exactamente o contrário daquilo que o país precisa.

E o brutal aumento de impostos já anunciado contém uma factura de 2500 milhões de euros que os portugueses vão ter de pagar em resultado dos falhanços e da incompetência deste Governo.

De facto, este Governo falhou no diagnóstico da crise, e por isso falhou na estratégia. Este Governo falhou na receita e, por isso, falhou nos resultados. O desemprego disparou, a recessão e a dívida agravaram-se e ficou-se muito aquém nos objectivos para o défice orçamental.

Tenho dito e a realidade tem, infelizmente, confirmado os meus alertas, que a receita da austeridade “custe o que custar” só conduz a mais recessão, a menos economia, a mais sacrifícios e a mais desemprego. E o que se sabe do Orçamento para 2013 mostra que o Governo vai insistir no erro e consequentemente no empobrecimento do país, no aumento do desemprego, e na fragilização da economia. Esta linha política não conduz só a mais recessão. Mina a confiança e aumenta a incerteza no dia a dia das pessoas.

Mas o mais grave é que o Governo transformou Portugal num país sem esperança.

Não admira por isso que muitos portugueses perguntem: isto tem mesmo de ser assim? Não há alternativas?

Desde há mais de um ano que a minha resposta a estas perguntas é simples e directa: sim, há uma alternativa. Sim, há outro caminho!

Uma alternativa e um caminho que combinem com equilíbrio e com inteligência a necessidade de rigor nas contas públicas e a prioridade do crescimento económico com protecção do emprego.

II Para vencer a crise e para restaurar a esperança, o país precisa de uma alternativa e de uma resposta política que integre o plano nacional e o plano europeu.

Este não é nem o momento nem o local para apresentar de forma exaustiva todos os detalhes da alternativa política que o Partido Socialista tem para o país. Mas quero destacar duas prioridades e algumas medidas extraordinárias que os sucessivos falhanços deste governo tornaram absolutamente urgentes.

1ª prioridade – Acompanhar e participar activamente no novo consenso europeu em torno do pacto de crescimento – *Ter voz na Europa*.



ILUSTRAÇÃO: FRANCISCO SANDOVAL

2ª prioridade – *Relançar* o crescimento económico (condição necessária à consolidação das contas públicas).

Uma alternativa política consistente tem de assumir estas duas prioridades que se constituem hoje como um autêntico desígnio nacional.

No plano europeu, há mais de um ano que defendo um papel mais ativo do Banco Central Europeu de modo a reduzir os custos do financiamento do nosso país. Recordo que este ano vamos pagar cerca de 9000 milhões de euros pelo serviço da dívida.

Outra das propostas incide na necessidade do nosso país dispor de mais tempo para consolidar as contas públicas. Mais tempo significa menos austeridade e menos sacrifícios para as pessoas e para as empresas. A trajetória e a sua sustentabilidade são mais importantes que uma data concreta para alcançarmos o nosso objetivo. Queremos consolidar as nossas contas públicas com as pessoas e não contra as pessoas.

No plano nacional, das medidas de urgência que proponho no quadro da alternativa política que o PS tem para o país quero destacar as seguintes:

- Criação de uma linha de crédito a contratar com o Banco Europeu de Investimento, no valor de 5 mil milhões de euros, para apoiar as Pequenas e Médias Empresas com dificuldades de acesso ao crédito;
- Criação de Fundo de Recapitalização no valor de 3 mil milhões de euros para reforçar a capacidade de tesouraria das Pequenas e Médias Empresas, utilizando metade da verba disponível e não utilizada pelos bancos para a sua recapitalização ;
- Colocar 3 mil milhões de euros do QREN, Quadro de Referência Estratégica Nacional – fundos comunitá-

rios - que estão parados, ao dispor da economia portuguesa, por exemplo, utilizando-os em projetos de reabilitação urbana;

- Reduzir os custos das empresas e das famílias com os combustíveis e com a energia, através da criação de postos de combustíveis de linha branca, mais baratos, e da abolição de uma das taxas do gás natural. Actualmente o gás natural é taxado à saída de Espanha e à entrada em Portugal – abolir uma das taxas faria com que o preço do gás fosse mais baixo;
- Criação de um banco do fomento, de propriedade pública, à semelhança do que existe noutros países, focado no apoio ao investimento e beneficiando dos próximos fundos comunitários (2014-2020), em conjugação com recursos do BEI.
- Reposição do IVA reduzido na restauração;
- Taxa sobre as parcerias público-privadas.

Estas são algumas das medidas que o Partido Socialista considera que devem ser adotadas para fazer face à situação de emergência económica e social em que este Governo colocou os portugueses.

Mas com realismo e com sentido de responsabilidade devo também dizer que a alternativa política que proponho não será nem um caminho de facilidades, nem de soluções rápidas para os problemas que o país enfrenta. O meu propósito é continuar a apresentar ao país uma alternativa credível e que dê esperança às pessoas. Essa alternativa está a ser aprofundada com a participação de centenas de militantes e independentes e radica na urgência da mudança de caminho e de prioridades. Para uma alternativa responsável. ●

Artigo publicado na edição de 11 de Outubro no jornal “Público”



PS/AÇORES

PS arrasa nos Açores

O Partido Socialista alcançou uma robusta vitória eleitoral nas eleições regionais para o Parlamento açoriano, realizadas no passado dia 14 de outubro, renovando a maioria absoluta, com 31 lugares, em 57 possíveis, mais um do que há quatro anos. **RUI SOLANO DE ALMEIDA**

Para Vasco Cordeiro, tratou-se de uma “saborosa vitória eleitoral” que abre um “novo ciclo” político na região, garantindo ser defensor de “uma verdadeira via açoriana” que exclui mais “austeridade sobre austeridade” porque, justifica, “não podemos continuar a subjugar a economia ao ditame cego das finanças públicas”.

Uma via que, salienta ainda, representa “uma marca impressiva” da governação do PS e que terá no futuro Governo Regional um “continuador convicto, empenhado e renovado em determinação e firmeza”.

O novo líder do Executivo açoriano, que sucede 16 anos depois ao ainda presidente do Governo Regional, Carlos César, defende que a solução a curto e

médio prazo para os Açores não é seguir os passos insistentemente adotados no Continente pelo Governo do PSD/CDS-PP, “como se não houvesse alternativa” a mais austeridade e sacrifícios para as famílias, para os jovens, para as pequenas e médias empresas, para os profissionais da Função Pública, trabalhadores em geral, idosos, pensionistas e reformados, mas prosseguir um caminho “exatamente contrário” criando condições para através do fomento do emprego e apoio adicional ao tecido empresarial e às pessoas que se confrontam com maiores dificuldades, promover uma política social atenta e efetiva que dinamize os sectores produtivos mais aptos, com capacidade de gerar maior valor acres-

centado e rendimento e, por essa via, estimular a recuperação da atividade económica, “ela própria alicerce essencial para o equilíbrio das contas públicas e privadas”.

A via açoriana

O caminho certo para a região, defende ainda Vasco Cordeiro, é fazer das finanças públicas um “auxílio adicional” à economia das famílias, “como já se faz hoje nos Açores”, mantendo e reforçando o Complemento Regional de Pensão e os apoios aos idosos para aquisição de medicamentos, reforçando o Complemento Regional de Abono de Família para crianças e jovens. Também as empresas, garante, beneficiarão de ajudas acrescidas por parte dos poderes pú-

blicos, de modo a que se mantenham os impostos mais baixos e implementando, “como hoje acontece na região”, um conjunto específico de linhas de financiamento e de crédito que, em condições muito favoráveis, “procuram na reestruturação das dívidas bancárias e a fornecedores, a valorização do emprego e o reforço das condições de liquidez das empresas”.

Seguro saúda vitória socialista

Para António José Seguro, a vitória do PS/Açores representa o “triumfo da via que alia rigor orçamental com o reforço do Estado Social”, um modelo que em devido tempo, disse, será igualmente “sufragado a nível nacional”.

Para o secretário-geral socialista, tratou-se antes demais de uma “vitória ampla e insofismável do PS/Açores”, defendendo que os méritos vão em primeiro lugar para Vasco Cordeiro e Carlos César e “para toda a família socialista dos Açores” que juntos perceberam que o que estava em jogo “era o futuro dos Açores”. Seguro salientou ainda que este triunfo veio demonstrar “o prestígio e a qualidade da governação do PS/Açores”, reafirmando a certeza de que os açorianos querem “rigor e disciplina nas suas contas públicas”, mas não esquecem nem subestimam o “papel que deve estar reservado ao Estado no desenvolvimento das funções sociais, no emprego e no crescimento económico”. ●

CARLOS CÉSAR “PIB açoriano está na média nacional”

A população dos Açores, apesar da crise, não se depara com um quadro, económico e social, tão negro como a do Continente. Como explica esta situação?

Gerimos os nossos recursos na preocupação do equilíbrio das finanças regionais e da compatibilidade dos compromissos futuros, compatibilizando esse cuidado com uma utilização eficiente dos fundos próprios e europeus na recuperação do nosso défice histórico de infraestruturização económica e com uma atenção permanente à qualidade da nossa rede de apoio social. Por isso, conservámos disponibilidades que têm permitido aliviar a situação de famílias e empresas que, ainda assim, experimentam acrescidas dificuldades por via dos efeitos diretos da austeridade imposta a nível nacional.

Quando iniciou há pou-



PS/AÇORES

co mais de década e meia as suas funções à frente do Governo Regional prometeu aos açorianos modernizar e desenvolver a região. Até que ponto alcançou estes objetivos?

Se quisermos utilizar dois indicadores económica e socialmente mais comuns, pode-se dizer que neste últimos 15 anos aproximámo-nos quinze pontos percentuais na média do PIB *per capita* da UE, e que, de última região do país no índice do rendimento disponível bruto das famílias, igualámos

a média nacional ultrapassando o Alentejo, o Centro e a região Norte.

É hoje evidente para todos os observadores, dentro e fora do PS, que o camarada Carlos César pode ser tudo o que quiser na política portuguesa. Como reage a esta observação?

Ninguém é tudo o que quer, felizmente, em coisa alguma. Serrei o que tenho sido: uma pessoa atenta e interessada na atividade política e cívica em geral. ●

PS RENOVA MAIORIA ABSOLUTA

Totais regionais e finais		Mandatos		Votos	
Inscritos	192.956	PS	31	PS	45.070 (49,96%)
Votantes	90.221 (46,76%)	PSD	20	PSD	27.309 (30,27%)
Abstenção	102.735 (53,24%)	CDS-PP	3	CDS-PP	7853 (8,70%)
Branços	1.695 (1,88%)	BE	1	BE	2976 (3,30%)
Nulos	760 (0,84%)	PCP-PEV	1	PCP-PEV	2831 (3,14%)
		PPM	1	MPT	684 (0,76%)
		MPT	0	PDA	619 (0,69%)
		PDA	0	PPM	424 (0,47%)



PS/AÇORES

“Todos sabemos que há um muro, mas juntos e unidos seremos seguramente uma força invencível!”



EDITORIAL O NOSSO ADN

Marcos Sá

[f marcos.sa.1213](#)
[t @marcossa5](#)

Este editorial será um excelente pensamento de Miguel Torga. No dia 6 de janeiro tive oportunidade de o dedicar aos militantes de Oeiras. Pela sua inesgotável força, determinação e coragem política num concelho onde era difícil ser socialista. Hoje partilho-o com todos os militantes do PS, pois ele representa a resiliência do nosso ADN e a força da nossa alternativa política. Todos sabemos que há um muro, mas juntos e unidos seremos seguramente uma força invencível:

De seguro,
Posso apenas dizer que havia um muro
E que foi contra ele que arremeti
A vida inteira.
Não. Nunca o contornei.
Nunca tentei
Ultrapassá-lo de qualquer maneira.
A honra era lutar
Sem esperança de vencer.
E lutei ferozmente noite e dia,
Apesar de saber
Que quanto mais lutava mais perdia
E mais funda sentia
A dor de me perder.

Miguel Torga

“A indignação deve levantar-se, pois, contra esta indignidade, que dilacera os portugueses todos os dias até ao limite do insustentável, até à negação dos próprios direitos conquistados”

INDIGNAÇÃO CONTRA A INDIGNIDADE E O RACIONAMENTO



Paula Esteves

paula.esteves.330

As palavras compõem famílias, às vezes com as sílabas desavindas como as famílias humanas.

Mário Soares proclamou um dia o “direito à indignação”, que nunca fez tanto sentido como nestes tempos de cólera. A indignação - que se opõe ao sentimento bastardo da indignidade - para onde este povo e muitos outros europeus são arrastados por uma torrente cega e delirante de cortes, restrições, num princípio falsamente diáfano, segundo o qual vai renascer um país melhor, mais pobre, mais humilde e, certamente, menos piegas.

A indignação deve levantar-se, pois, contra esta indignidade, que dilacera os portugueses todos os dias até ao limite do insustentável, até à negação dos próprios direitos conquistados.

Escrevo a quente, com outra família de palavras no horizonte. Eis que, numa maratona constante para superar o dia anterior, um parecer da Comissão Nacional de Ética (pouco) para as Ciências da Vida vem a público admitir o racionamento de medicamentos a abranger doenças mais onerosas para o Estado, como o cancro ou a sida. Uma inexplicável gaffe de comunicação? Não, segundo frisou o próprio presidente do organismo, a palavra adquire, em tom coloquial, uma metamorfose que não é, de todo, dominante na linguagem tecnocrata.

E aí juntamos outra palavra da mesma família, que essa sim pode fazer sentido no esforço de contenção das contas públicas, a racionalização.

Mas não, o que foi dito referia o primo bastardo racionamento, como se a saúde fosse um bem similar a produtos de mercearia.

Não tenhamos ilusões. Em política o que parece é! E este inegável olhar sobre as coisas, as pessoas é de um absurdo atroz e de uma indignidade não consentânea com os princípios basilares de um Estado de Direito.

Mas na realidade só faltará, neste e noutros contextos, ao inefável porta-voz e consultor do Governo, dr. António Borges, que no rescaldo desta parafernália rotulou de “ignorantes” os empresários que rejeitaram a TSU, que nas suas pródigas lições de paternal sapiência possa explicar aos portugueses a razão pela qual somos, talvez, todos ignorantes.

Mas não ao ponto de bradar a indignação contra esta indignidade, que parece não levar a parte alguma a não ser, quiçá, e pegando no mote, ao período das senhas de racionamento, se francamente, esta indignidade chegar até lá! ●



JORGE FERREIRA

A ladainha comunista

O PS não tem dúvidas. O foco principal do seu combate político centra-se na luta contra a incompetência política, sectarismo doutrinário e arrogância tecnocrática do atual Governo de direita liderado por Passos Coelho, Paulo Portas e Vítor Gaspar.

Mas este propósito não pode nem inviabiliza que o PS deixe passar em claro os constantes e obcecados ataques, a propósito de tudo ou nada, que o PCP insistentemente faz ao Partido Socialista, estejam ou não os socialistas no Governo.

Para o PCP tudo serve de pretexto, mesmo quando critica o atual Executivo de direita, para demonstrar o seu ódio de estimação aos socialistas. Para o dirigente nacional do PS, João Ribeiro, “o único legado verdadeiramente marcante do mandato de Jerónimo de Sousa” e da direção do PCP traduz-se na prática num “esforço para unir a direita”.

João Ribeiro lembra a este propósito a santa aliança que a extrema-esquerda parlamentar, comunistas e bloquistas, celebrou ao ajudar a derrubar o Governo do PS, garantindo estar “cansado da ladainha comunista antissocialista”. E lastima que o PCP e os seus apoiantes mantenham uma permanente guerrilha contra o Partido Socialista, perguntando se é atacando o PS e “enfraquecendo a esquerda” que se combate o Governo “mais à

direita da história da democracia portuguesa”.

Para o dirigente socialista, para além do velho ódio histórico dos comunistas pela social-democracia e pelos socialistas, a única atitude que vislumbra capaz de justificar esta posição do PCP vai no sentido de que “tudo se mantenha na mesma para que esteja sempre contra tudo”, recordando que a última coisa em que o secretário-geral do PCP esteve a favor “com consequências trágicas para o país e para os portugueses” foi o derrube do Governo do PS que abriu as portas a um Governo de direita.

Também o deputado socialista José Junqueiro corrobora esta tese, considerando haver por parte dos comunistas “uma obsessão” com o PS e que, sob a falsa pretensão de atacar a direita, “acaba sempre por criticar as propostas do Partido Socialista”.

PCP abriu as portas à direita

No mesmo sentido vai o deputado Pedro Silva Pereira, que no Parlamento acusou o PCP de não puder esquivar-se às

suas responsabilidades ao ter aberto, há um ano, as portas do Governo à direita.

Na altura, defendeu, o PCP “ao ter-se aliado à direita” no derube do Governo do Partido Socialista, aceitou “prestar um serviço no dia e na hora que a direita escolheu”.

Colaborou portanto na abertura de uma crise política no momento “mais conveniente para os interesses da direita e mais inconveniente para os interesses de Portugal e dos trabalhadores portugueses”.

Silva Pereira acusou ainda os comunistas de saberem, há um ano, que a agenda da direita era de austeridade, não contra as gorduras do Estado, mas “contra as pessoas, os funcionários públicos, as empresas, as famílias, o Estado Social e os direitos dos trabalhadores”, e que, apesar disso, “ajudou a derrubar o Governo do PS com a velha casete de que PS e PSD são iguais”.

A estratégia do PCP é, para Silva Pereira, clara: passa por “manobras táticas” que mais não visam do que ganhar a todo o momento “protagonismo na oposição”. ● R.S.A.



MANIFESTO AUTÁRQUICO DO PS/SETÚBAL

Um compromisso para ganhar o futuro

O manifesto eleitoral autárquico dos socialistas no distrito de Setúbal “é o nosso compromisso para ganhar o futuro”, afirmou ao “Acção Socialista” a presidente da Federação de Setúbal, Madalena Alves Pereira, adiantando que os autarcas socialistas “lutam e vão continuar a lutar por governações locais empenhadas no desenvolvimento económico e na criação de emprego”. **J.C. CASTELO BRANCO**

A apresentação deste documento, que se assume como a matriz do autarca socialista no distrito para as próximas eleições teve lugar a 12 de Outubro, no teatro municipal Joaquim de Almeida, no Montijo, e contou com a presença do secretário-geral, António José Seguro.

Em declarações ao “Acção Socialista”, Madalena Alves Pereira afirma que o objetivo central do manifesto eleitoral autárquico visa “propor, simultaneamente, um denominador comum de intervenção e de proposta em todo o distrito e que permite respeitar as especificidades em cada concelho”. E acrescenta: “Construímos e apresentámos uma estratégia política que tem um só rótulo em qualquer um dos 13 concelhos: tem a marca do PS, a marca do respeito democrático das forças políticas, a marca do empenho na concretização de soluções socialmente justas para todos, a marca da constante preocupação com o desenvolvimento económico das comunidades, a marca das políticas de território e de ambiente sustentadas e ordenadas”.

Segundo a presidente da Federação socialista, o manifesto autárquico distrital constituiu-se “como a assunção pública de um compromisso com a execução de políticas públicas que assinalem as marcas de

governação local socialistas, o qual permitirá também assinalar uma forma de estar na política e em especial no universo autárquico”.

Aposta no desenvolvimento

Madalena Alves Pereira adianta que a proposta autárquica do PS “está solidária com todos aqueles que são vítimas de uma política de austeridade ao serviço do empobrecimento dos portugueses e do país. E, por isso, os autarcas socialistas no distrito de Setúbal lutam e vão continuar a lutar por governações locais empenhadas e apostadas no desenvolvimento económico e na criação de emprego. Com profunda apreensão recordamos que, no distrito de Setúbal, o desemprego já ultrapassou as 50 mil pessoas”.

A dirigente socialista lamenta que “para os autarcas e para as autarquias do PCP, ainda maioritários no distrito, o emprego seja uma competência da Administração Central e não das autarquias locais e esta é a perspectiva errada que temos de inverter”.

Pelo contrário, sublinha, “os municípios podem e devem ser uma parte importante na captação de investimento privado e na promoção do investimento público com critérios”. É que, explica, “uma nova gestão autárquica para o século XXI exige às autarquias locais, pa-

ra lá de todas as outras atribuições, uma presença ativa e de parceria na educação, na saúde, nas questões sociais e, muito especialmente, na atividade económica com vista a estimular o emprego”.

Madalena Alves Pereira considera ainda que a ação autárquica do PS no distrito de Setúbal “terá de ser também o símbolo da execução de medidas sociais adequadas e sustentadas para todos e ao serviço de todos, mas em especial daqueles que estão mais vulneráveis ou fragilizados, quer pelos efeitos da crise financeira e económica, quer pelo abandono a que são votados pelos poderes locais que olham com indiferença para uma população profundamente envelhecida e carente de múltiplas atenções”.

Prioridade ao social

Mais do que as áreas, onde o desenvolvimento económico e a intervenção social lideram, a presidente da Federação sublinha que “para os eleitos socialistas será sempre prioritário a prossecução da igualdade de oportunidades, a exigência do investimento público, local, regional e nacional, o rigor da gestão financeira, a transparência, a cidadania activa, a gestão orientada para a eficiência, para a eficácia, para a economia e a defesa da ética pública”. ●

“Com este Orçamento, o mergulho da economia nacional numa recessão económica profunda concretiza-se, a partir dos brutais aumentos de impostos, da impensável escalada do desemprego, da falta de investimento reprodutivo e da ausência de capacidade e habilidade para negociar a melhoria das condições atuais com as organizações internacionais envolvidas”

ORÇAMENTO 2013



Joel Hasse Ferreira

[f joel.hasseferreira](#)

Os objetivos que o atual Governo português pretende atingir com o Orçamento de Estado são coerentes com a filosofia monetarista assumida por Vítor Gaspar e com a estratégia de empobrecimento preconizada pelo chefe do Executivo.

Com este Orçamento, o mergulho da economia nacional numa recessão económica profunda concretiza-se, a partir dos brutais aumentos de impostos, da impensável escalada do desemprego, da falta de investimento reprodutivo e da ausência de capacidade e habilidade para negociar a melhoria das condições atuais com as organizações internacionais envolvidas (FMI, União Europeia e Banco Central Europeu) no processo de reequilíbrio financeiro. Apesar das aberturas manifestadas por essas entidades e até do reconhecimento dos erros estratégicos assumidos, nomeadamente pelo Fundo Monetário Internacional, detetados há muito por competentes economistas, por experientes responsáveis políticos, por diversos dirigentes sindicais e empresariais portugueses, bem como por cidadãos comuns.

Impostos agravados como o IVA, o IRS e mesmo o IMI irão contribuir decisivamente para um brutal recuo da procura interna, o que agravará não só a situação social como dificultará o funcionamento da economia não só em 2013 como em anos futuros. E poderá obviamente acontecer que numerosos contribuintes não consigam pagar aquilo que lhes é imposto, o que contribuirá ainda mais para diminuir as receitas fiscais.

Não há uma estratégia de desenvolvimento económico e social. Avança-se com o desvirtuamento do Serviço Nacional de Saúde, retirando condições de utilização aos mais desfavorecidos, a quem se reduzem os apoios sociais. No Ensino Superior, consolida-se a redução da procura e continua-se a dificultar o financiamento dos projetos de investigação. Indispensáveis obras Públicas são canceladas ou adiadas. Em suma, é um Orçamento pelo desemprego, contra a maioria do povo português, contra o futuro e a paz social. ●



EURICO DIAS SECRETÁRIO NACIONAL

“Governo vai aprofundar estratégia de empobrecimento”

“Este Orçamento de Estado (OE) é o caminho para o aprofundamento da estratégia de empobrecimento do país” e “não é executável porque fará agravar a espiral recessiva”, afirma Eurico Brilhante Dias, secretário nacional para a Economia e Inovação, reiterando que as políticas de consolidação orçamental devem ser feitas em simultâneo com medidas de promoção do crescimento e emprego. **J. C. CASTELO BRANCO**

Que abordagem faz o PS a este Orçamento de Estado?

O PS definiu muito cedo o seu sentido de voto assim que percebeu as linhas gerais do Orçamento. Entre o anúncio da TSU e a conferência de Imprensa do ministro das Finanças onde expunha as traves-mestras do OE para 2013 o PS teve todos os instrumentos necessários para poder tomar uma decisão. Por isso, o nosso voto contra, aprovado por unanimidade na Comissão Política, é um voto contra as medidas concretas, mas também contra a estratégia orçamental e a estratégia política deste Governo.

Este Orçamento é inexecu-

vel como aponta a generalidade dos economistas, incluindo personalidades dos partidos da maioria?

Todos os dados que são conhecidos apontam para um OE que terá grandes dificuldades de execução porque aposta na mesma receita. Ou seja, mais austeridade, um corte na despesa superior a 2,5 mil milhões de euros, um aumento colossal de impostos, 4,5 mil milhões de subida da carga fiscal, em particular no IRS, e isso fará agravar a espiral recessiva: Portanto, tal como no ano passado, a expectativa que temos hoje é que este OE não é executável fundamentalmente porque a recessão com estas medidas será muito supe-

rior àquela que é a estimativa do Governo.

Porque é que o Governo insiste na mesma receita? É por uma questão ideológica, teimosia, desconhecimento da realidade do país?

O que está por trás desta receita é a aliança de dogmas de caráter ideológico, à direita, e a esses dogmas junta-se um discurso de culpa nacional quanto à crise, aliás formulado pelo PSD enquanto oposição. E dogmas ideológicos com uma lógica exclusiva de culpa nacional, sem política europeia, estão a levar Portugal para um caminho sem saída. E esse caminho de pobreza é aprofundado com este OE.

Qual a principal matriz em que vão assentar as propostas que o PS vai apresentar na discussão na especialidade?

Na especialidade aquilo que o PS fará é procurar aliviar, com algum detalhe, os sacrifícios dos portugueses, apresentando um conjunto de propostas nesse sentido. Este não é de todo o nosso Orçamento, tal como o do ano passado não era. Mas era o primeiro Orçamento de um Governo depois de assinarmos o memorando com a *troika*, e o PS quis na altura dar um sinal claro de que no interesse de Portugal o melhor que podíamos fazer era abster-nos. Hoje já não é assim. E o melhor

que podemos fazer por Portugal e pelos portugueses, depois de comprovado o falhanço desta receita, é batermo-nos para que se mude de caminho. E isto porque o atual Governo só tem uma solução para o país: a pobreza e mais pobreza. Este Orçamento é o caminho para o aprofundamento da estratégia de empobrecimento do país.

Mas uma minoria de seguidores desta política monetarista tentam dar a ideia de que a única via é esta política de austeridade, com o argumento de que o crescimento é incompatível com uma consolidação orçamental.

Hoje muito pouca gente acre-

ditada que a austeridade do custo o que custar possa levar Portugal a fazer uma consolidação orçamental. E isto porque sem crescimento não há cobrança de receitas, sem receitas continuamos a cortar na despesa, e quanto mais cortamos na despesa menos receita temos.

Mas no atual momento a austeridade não é necessária?

Claro. E é preciso clarificar que o PS nunca disse que a austeridade não era necessária, as-

Como vê o facto de cada vez mais economistas da área da direita tecerem violências críticas à receita deste Governo?

Sim, há cada vez mais economistas de direita que, curiosamente, vêm dizendo que as políticas de austeridade e de crescimento e emprego devem ser desenvolvidas em paralelo. É caso para dizer, bem-vindos, porque o PS diz isso há mais de um ano.

discurso de defesa de políticas de austeridade e crescimento em paralelo. François Hollande foi eleito Presidente da República em França com um discurso semelhante àquele que nós já fazíamos em Portugal e no Partido Socialista Europeu. Mas hoje, mesmo na direita europeia, o primeiro-ministro italiano, ou o presidente do Governo espanhol, têm um discurso mais próximo dos socialistas portugueses. No entanto, infelizmen-

"HÁ CADA VEZ MAIS ECONOMISTAS DE DIREITA QUE VÊM DIZENDO QUE AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE E DE CRESCIMENTO E EMPREGO DEVEM SER DESENVOLVIDAS EM PARALELO. BEM-VINDOS, PORQUE O PS DIZ ISSO HÁ MAIS DE UM ANO"

sim como nunca dissemos que se o PS fosse Governo não teria de aplicar medidas de austeridade. O que o PS tem dito é que há instrumentos de promoção do crescimento e do emprego ao nível nacional, para além das políticas no quadro da União Europeia, que teriam permitido ao Governo desenvolver ao mesmo tempo uma política de consolidação orçamental e utilizar outras ferramentas para promover o crescimento e o emprego.

Nesse aspecto, o nosso secretário-geral sempre defendeu esta mesma tese, em Portugal e na Europa, de que austeridade e crescimento não são incompatíveis, sendo cada vez mais os líderes europeus que seguem este caminho apontado por António José Seguro.

É uma honra para nós, socialistas, o facto de o nosso secretário-geral ter sido claramente precursor na Europa deste

te, o Governo português embarcou teimosamente num seguidismo em relação à dupla Merkel/Sarkozy, entretanto desfeita, numa lógica segundo a qual a austeridade seria redentora não só das finanças públicas, mas também da competitividade da economia portuguesa. Uma receita que teria por base um regresso à competitividade da nossa economia, apostando exclusivamente na redução dos custos do trabalho. ●

JORGE FERREIRA



BASÍLIO HORTA VICE-PRESIDENTE DO GP/PS
"Este Orçamento mata a economia"

Numa breve análise ao Orçamento de Estado (OE) para 2013 apresentado pelo Governo Passos/Portas, o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, Basílio Horta, afirma que o documento enferma de vários pecados capitais e considera que o pacote de estímulo ao crescimento apresentado pelo ministro da Economia tem por objetivo "tapar o sol com uma peneira". **J. C. CASTELO BRANCO**

Qual o principal pecado capital deste OE?

Este Orçamento não tem um mas vários pecados capitais. Eis alguns dos mais flagrantes: desconhecimento do país; insensibilidade social; desrespeito das regras democráticas; teimosia cega em aplicar, agravando, as receitas que nos trouxeram a esta desesperada situação; - obediência cega à troika abdicando da defesa do interesse nacional; - adicionar à crise económica e financeira uma crise política de gravíssimas consequências.

O ministro da Economia apresentou todo cheio de orgulho um conjunto de medidas de estímulo ao emprego e crescimento. Que comentário lhe merece este anúncio?

As medidas que conheço de estímulo ao emprego e crescimento têm por objetivo "tapar o sol com uma peneira".

Aliás, é o próprio ministro da Economia, num singular momento de lucidez, que afirma ser este Orçamento prejudicial ao desenvolvimento económico e ao emprego.

É óbvio que as medidas são pura retórica política como fica demonstrado com os 90 milhões de euros (!) atribuídos à recapitalização das PME...

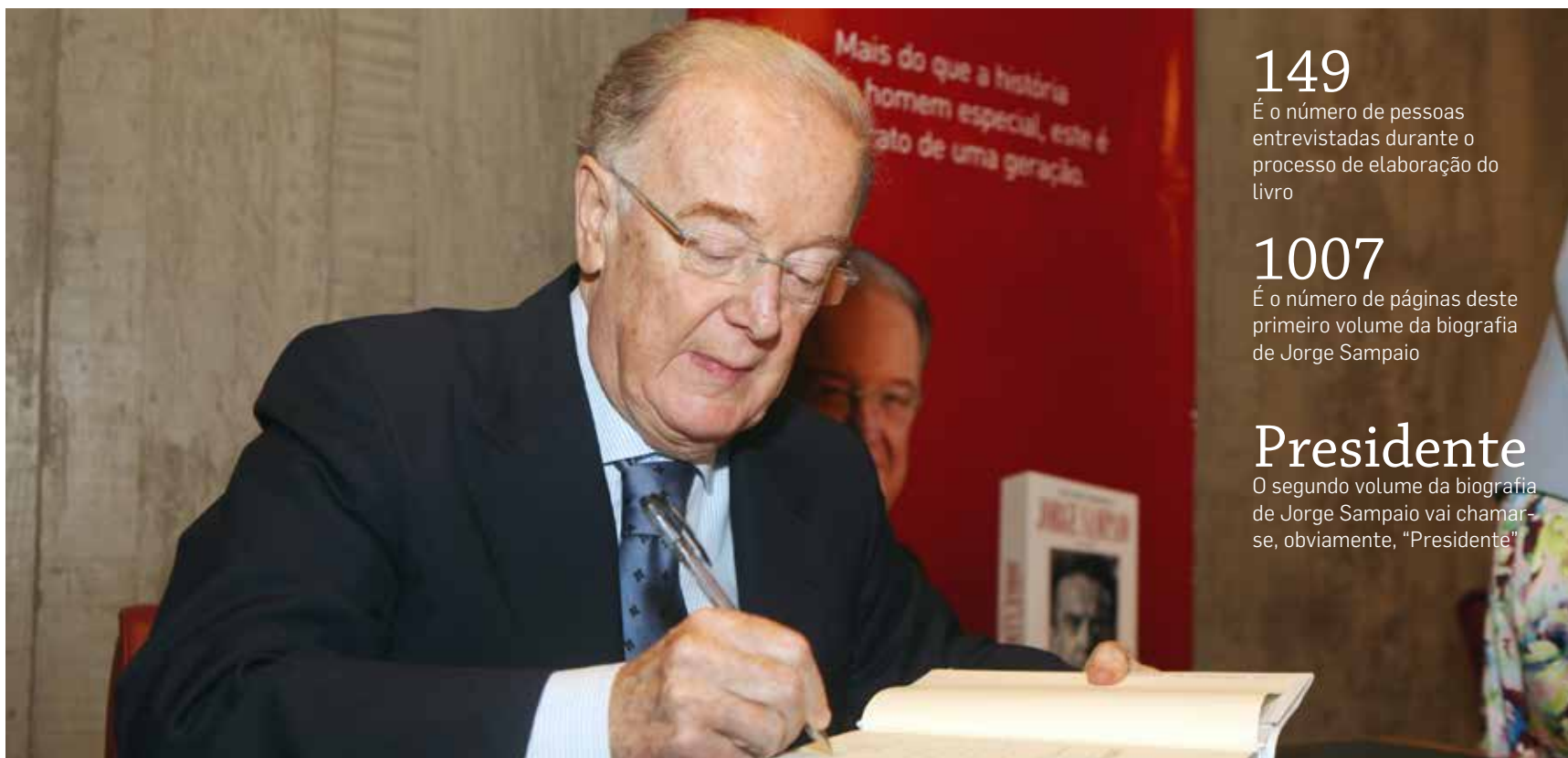
Só se poderá falar em estímulo ao crescimento e emprego quando a base de um futuro orçamento for a estabilização económica assegurada através da gestão da despesa e não condicionada a um défice pré-definido pela troika e aceite como um "diktat".

Como vê o facto de se estar a gerar uma unanimidade entre economistas de todos os quadrantes que a política de austeridade excessiva deste Governo está a matar a economia e não produz resultados?

Concordo inteiramente com essa análise. Como disse o prof. Ferreira do Amaral este Orçamento é uma "tragédia nacional" precisamente porque mata a economia, liquida a classe média, empobrece o país e tudo isto para se afastar cada vez mais dos objetivos fixados para o défice, para a recessão e para o emprego. Foram erros clamorosos de previsão que os portugueses e as suas famílias estão a pagar caríssimo. ●



JORGE FERREIRA



149

É o número de pessoas entrevistadas durante o processo de elaboração do livro

1007

É o número de páginas deste primeiro volume da biografia de Jorge Sampaio

Presidente

O segundo volume da biografia de Jorge Sampaio vai chamar-se, obviamente, "Presidente"

JORGE FERREIRA

“JORGE SAMPAIO – UMA BIOGRAFIA. HISTÓRIA DE UMA GERAÇÃO”

Um combatente da liberdade e justiça

A Fundação Calouste Gulbenkian foi palco, no dia 23 de Outubro, da apresentação do primeiro volume da biografia de Jorge Sampaio, que vai da sua infância até ao anúncio da sua candidatura à presidência da Câmara de Lisboa, em Julho de 1989. Um livro que é mais do que uma biografia de uma personagem maior da política portuguesa e história de uma geração. É um documento fundamental para a história contemporânea do país, onde o antigo líder do PS ocupa lugar de destaque. **J.C. CASTELO BRANCO**

Ao longo das 107 páginas do primeiro volume da biografia de Jorge Sampaio, da autoria do jornalista José Pedro Castanheira, que culmina cinco anos de investigação exaustiva, está um percurso de vida marcado sempre pela luta pela liberdade e justiça social. Um percurso que o leva a liderar as lutas estudantis de 1962, a ser candidato a deputado pela oposição democrática no período marcelista, a ser o advogado “pro bono” de duas dezenas de presos políticos, e a envolver-se na vida político-partidária, desde o MES e GIS e ao PS, onde chega à liderança.

No fundo, um retrato de uma vida de coragem, integridade moral e amor à causa pública limpa e que começa num país a preto e branco e vai tomando as cores vibrantes e complexas da democracia.

No final da sessão de apresenta-

ção desta obra que esteve a cargo do ex-presidente da Gulbenkian Rui Vilar e do presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, o antigo líder do PS e ex-Presidente da República afirmou que “o livro regista de modo incansável as primeiras fases do meu percurso político” e é “o retrato de uma memorável época portuguesa, com as suas claridades e inevitáveis sombras, recuos e progressos, acordos árduos, desentendimentos e expectativas”. Recordando que fez parte de uma geração que se bateu pela democracia, Jorge Sampaio defendeu que “nada de relevo pode resultar de ações isoladas, mas, ao contrário, só pode derivar da junção de muitos esforços, de diálogos e de ação colaborativa”.

O antigo Presidente da República sublinhou ainda que “o passado importa, mas sobretudo como vetor de esperança e de des-

coberta de futuros possíveis”, acrescentando que “é para fazer renascer a esperança e convidar à ação que espero que esta biografia sirva também junto dos mais novos, daqueles para quem a nossa geração se bateu pela democracia”.

Na apresentação da obra, Rui Vilar disse que a biografia “é quase uma tese de doutoramento, mas tem uma vantagem – lê-se com muito agrado”. Um livro que, disse, “é também uma enciclopédia da democracia”.

É uma obra, continuou, onde se descreve numa “escrita escoreita e leal” a “vida limpa e justa de um grande servidor da causa pública”, de “um português suave mas com algumas fúrias” e de “um bom ouvinte e decisor”.

Líder extraordinário e orador brilhante

Já António Costa afirmou que a

biografia, que classificou de “trabalho extraordinário e manual de bom jornalismo”, é “muito mais que a história de Jorge Sampaio, é a história da oposição democrática, do PREC, do PS pós-PREC”.

E considerou o antigo Presidente da República “um falso lento” que “tem uma extraordinária perceção de quais são os momentos decisivos, uma capacidade de antecipação, e revela-se sempre nesses momentos um líder extraordinário e um orador brilhante”.

O presidente da Câmara de Lisboa defendeu que a adesão de Jorge Sampaio ao PS, em 1978, com os seus companheiros do GIS, “é um marco fundamental, porque travou o processo de cisões no partido. E o PS afirmou-se como o pólo aglutinador da esquerda democrática”.

António Costa disse ainda que

“aquilo que muda com a candidatura à Câmara Municipal de Lisboa e daí para a frente é que Jorge Sampaio se liberta desta condição de figura política para se afirmar como figura nacional, uma figura popular”.

Nesta sessão, falou também o autor da obra, José Pedro Castanheira, que disse ter sido “fascinante” o trabalho minucioso e exaustivo que teve à frente de uma pequena-grande equipa de dois jornalistas para fazer uma biografia de uma personagem tão intensa como Jorge Sampaio.

José Pedro Castanheira lamentou ainda a fase negra porque passa a Comunicação Social, desde a precariedade laboral até à venda de títulos como o “DN”, acrescentando que “há mais vida para além dos governos que não percebem o olhar indignado de um povo”. ●

ANA ISABEL DIAS, PRESIDENTE DAS MULHERES SOCIALISTAS DE VILA REAL

“A primeira igualdade é a Justiça!”

Este Governo é socialmente irresponsável, encarando os apoios sociais numa perspetiva meramente assistencialista. Trata-se de um Governo, acusa Ana Isabel Dias, nesta entrevista ao “Acção Socialista, que lembra em tudo o período anterior ao 25 de abril de 1974 em que a caridade era vulgarizada como forma de libertar as consciências mais pesadas. **RUI SOLANO DE ALMEIDA**



Quais as prioridades que defende para o departamento que lidera?

De entre os inúmeros temas passíveis de ser abordados, a atenção do DFMS de Vila Real direciona-se para a dinamização de espaços de debate vocacionados para as questões da igualdade de género.

A construção do direito de participação cívica e ativa tem sido uma preocupação do Partido Socialista que é pioneiro na promoção da igualdade de género. Contudo, a prática mostra-nos que o usufruto dos direitos não é igual para todas as pessoas: a igualdade entre homens e mulheres ainda não é uma realidade.

Assim, a prioridade da ação do DFMS de Vila Real vai no sentido de promover a formação política como um instrumento fundamental para preparar e qualificar cada vez mais mulheres para o desempenho da vida pública, dotando-nos de instrumentos e competências para o exercício do poder, nomeadamente autárquico e nos domínios que normalmente são, de forma errada, menos identificados com o sexo feminino (Estado, sistema político e suas reformas, QREN, atribuições e competências das Autarquias, Lei das Finanças Locais, entre outros).

Desde que assumiu as suas actuais funções à frente do DFMS de Vila Real que me-

didias já tomou e quais pensa que ainda poderá vir a tomar?

A minha preocupação tem sido a de estabelecer redes entre as mulheres do distrito e uma ponte com o Departamento Nacional, bem como com as diferentes estruturas do Partido Socialista. Entendo que esta é a forma de partilharmos de um projeto conjunto que dignifique a participação de todas e de todos nas questões de distrito e nos desígnios nacionais porque as mulheres socialista têm um projeto comum, afirmar o papel da mulher na política e na sociedade.

A violência doméstica constitui uma matéria generalizada em Portugal ou trata-se apenas de um fenómeno localizado do ponto de vista social?

A violência doméstica é, muito possivelmente, a forma mais generalizada de violência contra as mulheres. No nosso país, este tipo de violência continua a vitimizar dezenas de milhares de mulheres, chegando a causar a morte de algumas das vítimas e trata-se, na minha opinião, de uma problemática que atinge os grupos sociais de forma indiscriminada e ambos os sexos. São incríveis os números com que nos deparamos quase todos os dias nos meios de comunicação social que dão conta deste tipo de notícia. Trata-se de um fenómeno em crescendo e ca-

da vez mais com desfechos mais trágicos. Não podemos esquecer que em períodos de crise os fenómenos de violência tendem a aumentar, assim como outros problemas sociais, dada a multicausalidade que afeta os indivíduos nas diferentes dimensões.

Importa salientar que o Partido Socialista é pioneiro na promoção na promoção deste debate e várias foram as iniciativas legislativas e medidas governamentais que tiveram como foco de atuação o fenómeno da violência sobre as mulheres.

As mulheres continuam a ser discriminadas na nossa sociedade?

Gostava de dizer que não. Espero um dia poder dizer que não! Mas a realidade não nos mostra isso, antes pelo contrario, mostra-nos diariamente que sim, que as mulheres continuam a ser discriminadas.

Há notícias que nos dão con-

ta que em cargos de igual responsabilidade ganham menos que os homens, têm menos dias de férias e menos incentivos financeiros, quando assinam contratos de trabalho assumem o compromisso relativamente à gravidez e à licença de maternidade (de não engravidarem ou não usufruírem da licença de maternidade). Estes exemplos referem-se ao mundo do trabalho, mas há ainda as diferenças que são estabelecidas no domínio da participação cívica e política e, mais complicado ainda, há questões culturais que impedem as mulheres de fazerem valer os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. As mulheres são efetivamente discriminadas e é fundamental que se dê importância a esta palavra e ao que ela significa e que não se olhe para ela de forma poética e lírica, ou porque fica bem na agenda política.

No seu distrito o desemprego atinge homens e mulheres de forma igual ou há uma maior incidência no desemprego feminino?

O fenómeno do desemprego abrange, infelizmente, ambos os géneros. Mas a realidade do distrito de Vila Real mostra-nos que a incidência no género feminino é ainda mais significativa. Tal constatação dever-se-á a fatores históricos, em que as famílias investiam mais na educação dos filhos homens e por esse facto as mulheres, não tendo uma educação que as preparasse para uma profissão, se revelam ainda hoje num número significativo.

Mas sem querer fugir à questão, gostaria de sublinhar que o desemprego jovem é uma preocupação no distrito. Portugal investiu na formação dos seus jovens e agora vê os mais qualificados investirem em carreiras internacionais, e coloca esse assunto como um desígnio

nacional que não discrimina o género.

Como explica que havendo cada vez mais mulheres licenciadas este facto não se traduza na prática em mais lideranças femininas nas empresas e na política?

Explico de forma simples. O centro das decisões continua a estar no lado dos homens. Reconheço os significativos avanços civilizacionais e legislativos das últimas décadas, mas continua por concretizar a tarefa mais difícil e que exige o maior empenhamento quotidiano: a mudança de mentalidades! Quando se comparam os lugares de topo, a diferença entre os dois sexos é ainda muito grande. Por exemplo, no que respeita ao poder local, apenas 22 (4,5%) dos 308 municípios têm uma mulher co-

e são esquecidas. Sem dúvida que assistimos a um retrocesso, os ganhos que se conseguiram até hoje, quase sempre pela mão do Partido Socialista, traduzem-se em perdas. E diga-se, em boa verdade, são perdas para as mulheres e para os homens porque uma sociedade igualitária é uma sociedade mais preparada para um futuro equilibrado. Perdemos todos!

Justifica-se que o Partido Socialista tenha um departamento especificamente dedicado à problemática da igualdade do género?

A igualdade entre mulheres e homens tem, cada vez mais, um papel de relevo nas agendas políticas nacionais, europeias e internacionais, sendo a Igualdade de Género e seu impacto social e económico um

to equilibrado implica que o reconhecimento das diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas também o reconhecimento do seu igual valor, igual competência e igual mérito para gerir e decidir em todas as esferas da vida.

O ideal seria que não existissem estes departamentos, significaria que a sociedade assumiria de forma natural a igualdade de direitos entre sexos. Contudo, a realidade não nos diz isso e é fundamental que existam estruturas que continuem a debater-se por garantir que o assunto seja uma prioridade na agenda política por iniciativa do PS.

Que leitura faz do recuo deste Governo em relação aos apoios sociais, designadamente no que respeita à

“A MINHA PREOCUPAÇÃO TEM SIDO A DE ESTABELECEMOS REDES ENTRE AS MULHERES DO DISTRITO E UMA PONTE COM O DEPARTAMENTO NACIONAL, BEM COMO COM AS DIFERENTES ESTRUTURAS DO PARTIDO SOCIALISTA”



mo presidente da câmara.

Que críticas aponta a este Governo em matéria de igualdade do género?

Para este Governo as pessoas não estão em primeiro lugar, a própria dignidade humana está em causa. É o Governo que no pós-25 de Abril revelou a maior insensibilidade social. Prova disso é a consecutiva retirada de direitos fundamentais a todos e todas que se encontram em situação mais vulneráveis. Se as pessoas não são prioridade, como é que poderão promover a igualdade de género? Pura e simplesmente é um assunto que não tem qualquer lugar na agenda política deste executivo.

Pensa que com o atual Governo a igualdade do género sofreu um retrocesso?

Quando o ser humano não é o centro da decisão, as questões da igualdade não se colocam

dos temas relevantes da agenda da Comissão Europeia para 2012.

Os Departamentos Federativos das Mulheres Socialistas, consagrados nos Estatutos do Partido, em muito têm contribuído para o envolvimento de mais mulheres na vida política. E prova disso é que apesar de a participação feminina ainda ser fraca, principalmente nos cargos onde há maior poder de decisão, o número de mulheres eleitas para as autarquias locais tem vindo a aumentar gradualmente desde 1982.

Diz-nos isto que os DFMS têm um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, mais democrática e mais igualitária.

Continua, pois, a representar a nossa mais genuína força, a convicção de que a construção de uma sociedade democrática é um processo contínuo e que o desenvolvimen-

mulher trabalhadora?

Temos um Governo socialmente irresponsável, sem sensibilidade social, que encara os apoios sociais numa perspetiva meramente assistencialista que lembra o período anterior ao 25 de abril de 1974 em que a caridade era apregoada como forma de libertar as consciências mais pesadas. Diria, aliás, que os apoios teriam mais importância, quanta mais visibilidade tivessem, deixando de parte o respeito pela individualidade e privacidade da vida de cada um.

Este Governo permitiu, por exemplo, através das leis laborais, aos empregadores utilizarem estratégias que não respeitam os direitos básicos dos trabalhadores e naturalmente que os grupos que têm mais dificuldade em aceder aos seus direitos sintam mais o impacto destas decisões desastrosas, onde se incluem as mulheres. ●

“Há sempre um outro caminho, como tem sabido evidenciar o líder do PS. A fase é crucial, urge iniciar um novo ciclo também em Portugal, porque o que falta a Passos, sobeja em António José Seguro”



O QUE FALTA A PASSOS?

Miguel Teixeira

miguel.teixeira1

Pode, porventura, um primeiro-ministro assistir a mais uma encenada comunicação do seu ministro de Estado e das Finanças e ficar imóvel e calado sem o desautorizar? Não, não pode, mas acontece desde que Passos Coelho e Vítor Gaspar são membros do Governo.

O ministro de Estado e das Finanças, Vítor Gaspar, não resistiu ao espelho da sua vaidade e anunciou que o “Seu” Orçamento é o único possível. Isso ou o caos. Adivinho neste anúncio um qualquer efeito de disfunção temporal, porque no caos já nós estamos e caminhamos como nunca a “Passos” muito largos no sentido do abismo se a devastadora proposta do OE-2013 for aprovada, tal como está.

A isto assiste impavidamente Passos Coelho, que devia gerir um Governo e uma coligação que tem vivido nos últimos tempos diferentes fases de mutação. Ora, estamos na fase “casa dos segredos”, ora passamos à fase “casa dos silêncios”. No dia 22 de outubro, estivemos na fase mais avançada da pior das conspirações – a interna, de tão evidente que é a imagem de desistência de governar e acreditar em Portugal, que o PSD e CDS evidenciam. Ambos passam os dias preocupados em monitorizar o que o parceiro da coligação diz ou pior – o seu silêncio, ao invés de investirem o seu tempo, como fará certamente António José Seguro, na programação e aplicação de propostas justas e solidárias, que proporcionem aos portugueses e a Portugal a capacidade de voltar a acreditar.

Mas o que falta em Passos Coelho de afirmação, de chama e de acreditar no seu país e nos portugueses, sobeja ao Partido Socialista e a António José Seguro, consciente da imensa perigosidade dos tempos atuais, que impõem a necessidade de uma liderança capaz de mobilizar as pessoas e as instituições, que seja independente, humanista e assente num verdadeiro espírito democrático e republicano. Há sempre um outro caminho, como tem sabido evidenciar o líder do PS. A fase é crucial, urge iniciar um novo ciclo também em Portugal, porque o que falta a Passos, sobeja em António José Seguro. ●

UM LIVRO POR SEMANA

SUGESTÕES DE LEITURA DE

ÁLVARO BELEZA



A CIVILIZAÇÃO GREGA

André Bonnard

Toda a civilização grega tem o homem como ponto de partida e como objeto. Procede das suas necessidades, procura a sua utilidade e o seu progresso. Para aí chegar, desbrava ao mesmo tempo o mundo e o homem, e um pelo outro.

O homem e o mundo são, para ela, espelhos um do outro, espelhos que se defrontam e se lêem mutuamente.

A civilização grega articula um no outro, o mundo e o homem. Casamentos na luta e no combate, numa fecunda amizade, que tem por nome harmonia.

O notável helenista suíço André Bonnard deixou-nos em 1983 este fresco histórico que percorre os períodos áureos da Grécia Antiga.



A EUROPA SEGUNDO PORTUGAL

José Eduardo Franco e Pedro Calafate

A Europa é um tema omnipresente na cultura nacional, chegando mesmo a ser a grande obsessão de Portugal.

Enquanto tema, a Europa impôs-se pelo menos desde o tempo do Marquês de Pombal, mitificada como uma

meta a atingir e a superar, como bitola pela qual passámos a medir os níveis de atraso e progresso do país.

E apesar de todas as desilusões da integração europeia, o mito da Europa do progresso permanece intocável ainda hoje, sendo certo que nem sempre nos sentimos cauda da Europa. Antes pelo contrário: "A Europa segundo Portugal" atesta-o.

Esta obra oferece, pela primeira vez, uma visão de longa duração sobre a percepção da Europa na cultura portuguesa desde as origens do país. Trata-se de um livro essencial para conhecermos, século a século, a evolução da nossa relação, o nosso modo de entender e de nos situarmos na Europa ao longo de quase um milénio de História.



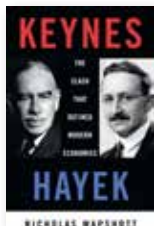
TÓPICOS DE FILOSOFIA E CIÊNCIA POLÍTICA

FEDERALISMO: DAS RAÍZES AMERICANAS AOS DILEMAS EUROPEUS

Viriato Soromenho-Marques

Concebido para ser consultado por módulos e oferecendo uma exposição clara e sintética dos conceitos essenciais e textos de apoio que estimulam novas pesquisas, este livro é um manual fundamental para os que estudam as áreas da filosofia política, da ciência política e das relações internacionais.

Nesta obra de Viriato Soromenho-Marques – que progressivamente se tem afirmado como um europeísta de referência, um especialista dos riscos mundiais e um humanista que não perde de vista a necessidade de salvaguardar e fortalecer os valores que constituem a parcela europeia do património imaterial da humanidade –, está a matéria-prima de uma profunda reflexão sobre as formas de governo que melhor servem a Europa, tornando-se, nos dias de hoje, mais atual e urgente do que nunca.



KEYNES – HAYEK: THE CLASH THAT DEFINED MODERN ECONOMICS

Nicholas Wapshott

Quando a crise dos anos 30 deixou o mundo à beira do abismo, dois homens surgiram com teorias opostas sobre como restabelecer o equilíbrio nas economias em crise: John Maynard Keynes, economista

de Cambridge, acreditava que o Estado deve investir quando os outros não o fazem, e Friedrich Hayek, professor austríaco de economia, que considerava a intervenção estatal não só insustentável como perigosa.

Neste livro, Nicholas Wapshott convida-nos a retomar o debate sobre os prós e os contras da economia regulada e da economia de mercado liberal de forma clara e apaixonada, dando nova vida e atualidade às teses de Keynes e Hayek. ●

AQUILINO RIBEIRO MACHADO (1932-2012)

Referência ética do republicanismo

O PS perdeu um dos seus melhores. Morreu Aquilino Ribeiro Machado. Contava 80 anos. Primeiro presidente da Câmara de Lisboa eleito pelo voto popular, depois do 25 de Abril, entre 1976 e 1979, resistente antifascista, socialista e republicano, Aquilino Ribeiro Machado foi ainda deputado eleito pelo PS, no círculo de Lisboa, nas I e II legislaturas. Uma vida norteada pelos valores da liberdade, igualdade, e fraternidade. O secretário-geral do PS, António José Seguro, recebeu com tristeza a notícia da morte de Aquilino Ribeiro Machado. "Morreu um homem simples, de elevado sentido ético e de caráter nobre. Deixa-nos um forte legado cívico e um exemplo de uma cidadania fundada em valores e em princípios". Já o presidente da Câmara de



Lisboa, António Costa, afirmou que "o seu exemplo de integridade e dedicação perdurará na cidade de Lisboa que amou e serviu".

Filho do escritor Aquilino Ribeiro e neto de Bernardino Machado, último Presidente da I República, este engenheiro de formação nasceu em 1930 na Ile de France, onde seu pai se

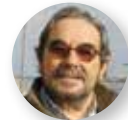
tinha refugiado depois de participar na revolta de Pinhel em 1928. Ainda não tinha um ano quando foi juntamente com família para a Galiza e já em 1932 passou a residir em Portugal, para onde o pai, um dos maiores escritores portugueses de sempre, regressou clandestinamente, sendo depois amnistiado. ● J.C.C.B.

JOSÉ FRANCISCO GUERREIRO



Membro da Comissão Política Concelhia de Odivelas desde 2008, o camarada José Francisco Guerreiro era presidente da Junta de Freguesia da Pontinha onde realizou um notável trabalho em prol da melhoria da qualidade de vida da população, nas suas diversas vertentes. Era um grande autarca. Contava 62 anos. ●

JOSÉ MANUEL FERNANDES DO COUTO



Militante nº86 do PS, a que aderiu em maio de 1974, José Manuel Fernandes do Couto contava 78 anos. Para além da sua ativa intervenção cívica, este militante histórico continuava a manter uma intensa participação política na Secção de Sesimbra. Um exemplo de militância. ●

FERNANDO DA CRUZ NEVES (1925-2012)

A Secção dos Olivais está de luto. Faleceu um dos seus principais impulsores, o camarada Fernando da Cruz Neves. Contava 87 anos. Um militante que antes e depois do 25 de Abril fez um caminho de combate pelos ideais socialistas. Coordenador da Secção durante vários mandatos, Fernando da Cruz Neves foi um autarca de eleição, tanto na Junta de Freguesia dos Olivais, como na Assembleia Municipal de Lisboa. Um exemplo de militância ativa em várias frentes de luta. ●

O POEMA DA VIDA DE...

PEDRO FARMHOUSE

Esta Gente

Sophia de Mello Breyner Andresen, in "Geografia"

Esta gente cujo rosto
Às vezes luminoso
E outras vezes tosco

Ora me lembra escravos
Ora me lembra reis

Faz renascer meu gosto
De luta e de combate
Contra o abutre e a cobra
O porco e o milhafre

Pois a gente que tem
O rosto desenhado
Por paciência e fome
É a gente em quem
Um país ocupado
Escreve o seu nome

E em frente desta gente
Ignorada e pisada
Como a pedra do chão
E mais do que a pedra
Humilhada e calçada

Meu canto se renova
E recomeço a busca
De um país liberto
De uma vida limpa
E de um tempo justo



Secretariado Nacional aprova mecanismo de recuperação de antigos militantes

JORGE FERREIRA

Em fevereiro de 2012, o Secretariado Nacional do Partido Socialista aplicou a disposição estatutária que prevê a suspensão dos direitos de militante do Partido quando se verifique o não pagamento de quotas durante um período superior a dois anos.

O processo permitiu uma maior aproximação à realidade da militância no Partido Socialista, mas conduziu à suspensão dos direitos de militância de cidadãos que estão associados à história do partido, que mantêm uma participação cívica ativa e que, por várias razões, deixaram acumular ao longo dos anos valores elevados de quotas em atraso.

O cumprimento das normas estatutárias, o estabelecimento de novas regras de participação política interna mais transparentes e rigorosas e a consagração de regras de inscrição no mesmo sentido, permitiu a criação de uma maior consciencialização dos militantes e das estruturas sobre os direitos e os deveres a que estão sujeitos nos termos dos Estatutos, sendo a manutenção de dados pessoais atualizados e o pagamento das quotas até um mês antes dos



atos eleitorais duas dimensões dessa nova realidade.

O Secretariado Nacional deliberou que os militantes com os direitos de militância suspensos, por terem mais de dois anos e quotas em atraso, poderão recuperar a condição de militantes com plenos direitos e deveres através da liquidação dos montantes referentes aos dois últimos anos. Segundo a deliberação aprovada a 22 de outubro, os militantes que tiveram os direitos de militância suspensos em 22 de abril de 2012, poderão recuperar a condição de militante de plenos direitos e deveres através do pagamento das quotas em atraso referentes aos anos de 2010 e 2011 (valor global 24€), admitindo-se a possi-

bilidade de fracionar o montante, em pagamentos faseados até ao dia 31 de dezembro de 2012. No quadro da deliberação, os militantes com os direitos de participação eleitoral suspensos recuperam a sua inscrição, após a regularização da dívida, passando a constar do recenseamento dos militantes a partir de 1 de janeiro de 2013.

A situação financeira da Sede Nacional e o Regulamento de Quotas, determinam a cativação de 2/3 do valor resultante do pagamento das quotas em atraso para o desenvolvimento de atividades políticas de âmbito nacional e o envio do restante 1/3 para a respetiva secção de origem do militante em causa. ●

Edite Estrela eleita para o Comité Executivo das Mulheres Socialistas Europeias

Com o apoio do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas e da direção nacional do PS, a eurodeputada Edite Estrela foi reeleita para o Comité Executivo do Departamento das Mulheres do Partido dos Socialistas Europeus. A eleição dos membros deste órgão executivo decorreu no âmbito do Congresso do PSE que se realizou em Bruxelas.

Destaca-se o trabalho da eurodeputada no relatório sobre a licença de maternidade que tornava a diretiva comunitária nesta matéria, mais abrangente e mais adequada à realidade das mulheres e das famílias europeias. Este relatório, conhecido por "Relatório Estrela", tem sido protelado por razões ideológicas e por razões financeiras, continuando a eurodeputada o e o Partido Socialista Europeu de Mulheres a baterem-se pela alteração da



diretiva no que concerne à duração das licenças de maternidade e paternidade e do pagamento na íntegra.

Edite Estrela, que foi eleita por 95% dos votos, afirmou que "Ser reeleita com uma tão expressiva votação prova o reconhecimento do meu trabalho e é, por outro lado, uma responsabilidade e um grande estímulo para enfrentar os desa-

fios que se avizinham". A nova direção do Departamento das Mulheres do Partido dos Socialistas Europeus tem como prioridades políticas o reforço da representação e participação das mulheres nas próximas eleições europeias, a promoção dos direitos à saúde sexual e reprodutiva e a defesa das quotas nos órgãos diretivos das empresas. ●

"A melhoria na organização dos serviços e gestão da Justiça em Portugal não pode ser feita cegamente, a partir de um gabinete ministerial, cuja titular da pasta já se deveria ter demitido ou sido demitida"

PROPOSTA DE NOVO MAPA JUDICIÁRIO

REFORMA CEGA



António Gameiro

[f antonio.gameiro3](https://www.facebook.com/antonio.gameiro3)

Considero urgente a reorganização do mapa judiciário. Contudo, entendo que esta deverá ser feita de forma séria e pensada, devendo ter como objetivo único o reforço da autoridade do Estado e o pleno acesso dos cidadãos à Justiça.

Para prosseguir tal desiderato, devem ser tidas em linha de conta a realidade e as especificidades territoriais, de forma a reduzir as assimetrias sociais, a contribuir para uma Justiça mais célere, eficaz e próxima dos cidadãos.

Partindo de uma proposta inicial de extinguir 47 tribunais, o XIX Governo Constitucional alargou-a para 54, argumentando que em 27 deles serão criadas extensões judiciais. Este argumento é sustentado pela teoria do Ministério da Justiça, que garante a redistribuição dos recursos humanos pelas novas comarcas, sem esclarecer, no entanto, o que pretende fazer com 190 excedentários actualmente em funções.

Nesta sua proposta, o Governo PPD/PSD-CDS/PP diz que os critérios utilizados foram os do volume processual expectável (menos de 250 processos por ano) e da distância entre tribunais (entre o que encerra e o que irá receber o processo, não deverá exceder uma hora de trajeto). A qualidade das instalações e o facto de serem ou não propriedade do Ministério da Justiça foram fatores tidos em linha de conta, afirma o Governo.

Todavia, começa aqui um rol de contradições, já que dos 54 tribunais sentenciados de extinção muitos preenchem todos os requisitos exigidos às novas unidades: superam os 250 processos anuais e ficam a mais de uma hora de distância de um futuro tribunal competente e vários desses tribunais foram recentemente intervencionados com obras suportadas pelo Ministério da Justiça e por fundos comunitários, tendo em vista a melhoria de condições. Por último, a quase totalidade dos edifícios pertence ao Estado ou às autarquias, pelo que não pagam qualquer tipo de renda.

Assente em contradições grosseiras e, até à data não explicadas, esta pretensa reforma tem sido, e muito bem, contestada pelas populações e pelos municípios visados. Populações e autarcas são unânimes em considerar que, ao contrário da propaganda governativa, esta medida será o princípio da negação do acesso real e efetivo à Justiça, acentuará assimetrias sociais e só contribuirá para um maior empobrecimento e desertificação das regiões já hoje bastante penalizadas.

A melhoria na organização dos serviços e gestão da Justiça em Portugal não pode ser feita cegamente, a partir de um gabinete ministerial, cuja titular da pasta já se deveria ter demitido ou sido demitida. Se dúvidas existissem, esta ideia de reforma e toda a contestação que ela levantou, somada ao silêncio do Governo sobre o que realmente pretende fazer, são a prova da incapacidade de Paula Teixeira da Cruz para estar à frente da pasta da Justiça em Portugal. ●

“A nossa alternativa não é qualquer maquilhagem da receita de fracasso que está a ser concretizada. Não se traduz em mexer uns milhões de um lado para o outro das rubricas orçamentais. É uma alternativa global, desenvolvida num outro quadro de condições de ajustamento”

A NOSSA PRIORIDADE



Carlos Zorrinho

czorrinho

No momento difícil que o país vive, cada vez mais portugueses encontram de novo no PS a raiz da esperança e da alternativa para a governação desastrosa a que temos sido sujeitos pela coligação PSD/PP e pelo Governo Passos/Portas/Gaspar.

A atenção cada vez maior dos portugueses desesperados e desiludidos para com o nosso partido, exige de nós uma grande consistência na formulação das propostas e uma grande frieza na reação à manifesta incomodidade dos adversários.

Em primeiro lugar, importa desmontar a tática de quem se nos opõe, ao bombardear-nos constantemente com a inquirição sobre as nossas alternativas. A nossa alternativa não é qualquer maquilhagem da receita de fracasso que está a ser concretizada. Não se traduz em mexer uns milhões de um lado para o outro das rubricas orçamentais. É uma alternativa global, desenvolvida num outro quadro de condições de ajustamento, de forma a conseguir que a consolidação orçamental seja compatível com o crescimento e o emprego.

Em segundo lugar, importa perceber que a supervalorização dos normais debates internos num partido democrático e dinâmico como é o PS constituem um pilar da contrainformação com que os nossos adversários procuram barricar as suas posições, cada vez mais ameaçadas pela vontade expressa dos portugueses de acelerarem uma dinâmica de mudança do quadro político em que vivemos.

Estamos a percorrer com solidez um ciclo político de oposição construtiva e de preparação do regresso ao Governo quando for essa a vontade dos portugueses. Esta solidez assusta os nossos adversários e faz com reajam com as armas que têm. Não nos cabe a nós brandir as armas que os nossos adversários desejam. Temos a possibilidade de desenvolver e concretizar um novo caminho para Portugal. É essa a nossa prioridade. ●

TRÊS PERGUNTAS A JOSÉ JUNQUEIRO

O que espera do OE para 2013?

Nada de bom para os portugueses, porque o Governo insiste em recusar as propostas do PS e, igualmente grave, recusa-se a reconhecer que a receita falhou e o que nos propõem é mais do mesmo, mas pior, muito pior.

Com o país numa espiral de crise, com uma taxa de desemprego em 16% e uma recessão em 3%, que perspectivas para 2013?

A manter-se a teimosia do Governo, bem como o estado de negação do primeiro-ministro, teremos mais desemprego, maior recessão e uma crise política, porque os resultados da execução orçamental no 1º trimestre de 2013 ditarão a queda da coligação. Como se sabe, em boa verdade já não existe.

Vender as Águas de Portugal, a TAP, a ANA, a REN ou a RTP ou suspender invest-



JORGE FERREIRA

mentos públicos não são medidas drásticas que podem prejudicar seriamente a economia portuguesa?

São drásticas e irreversíveis. Perderemos autonomia em sectores estratégicos para a

recuperação da nossa economia. E, sabemos hoje, que os resultados destas alienações em nada diminuíram o défice e aumentaram a dívida, que passou de 94% para 117,5% do PIB. ● R.S.A.

FOTOGRAFIAS COM HISTÓRIA



DR

I CONGRESSO

(13 a 15 de Dezembro de 1974)

A aula magna da Reitoria da Universidade de Lisboa foi o palco, entre 13 e 15 de Dezembro de 1974, do I Congresso do PS. Em liberdade, os socialistas discutiam a estratégia do partido, num congresso histórico marcado pelo confronto entre duas linhas do partido, uma liderada por Mário Soares, e outra por

Manuel Serra, que acabaria tempos depois por fundar outro partido. Nesta foto, vê-se Sottomayor Cardia e Mário Cal Brandão dois históricos socialistas. De punho erguido e ao som da Internacional a reunião magna terminou com a vitória da tendência liderada por Mário Soares. ● J.C.C.B.

